

*Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve,
1-3 Nov. 2007 - SPER / UAlg, 2008, CD-ROM.*

ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CABO VERDE: NOTAS SOBRE ALGUNS PERCURSOS DE REVITALIZAÇÃO RURAL

Rita Maria Mendes de Pina

Rua Laura Alves, N°3, RC/Dto.
2625, 430, Forte da Casa
E-mail: rdepina77@gmail.com

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Associativismo, Cooperação Internacional, *Empowerment*, Territórios Rurais, Ilha de Santiago.

Resumo. *Este documento faz a análise do associativismo em Cabo Verde nos territórios rurais da ilha de Santiago. Apresenta o estudo de caso de três associações comunitárias da ilha, focaliza os principais parceiros, as actividades desenvolvidas, o seu funcionamento e o contributo dos mesmos no desenvolvimento local/comunitário. A análise comparativa demonstra uma proximidade dessas associações quanto a origem, (impulso da ajuda externa), objectivos e as acções desenvolvidas apesar de localizarem em áreas geográficas distintas. As acções desenvolvidas variam de acordo com a necessidade de cada comunidade e são desenvolvidas com base nos contratos-programa. A participação defendida como o ideal para a implementação dos projectos e o funcionamento da organização ficou explícita no trabalho de campo, que na realidade muitos dos membros não o exercem. Espera-se que este documento venha a contribuir para o conhecimento da actividade associativa em Cabo Verde em geral e na ilha de Santiago em particular.*

INTRODUÇÃO

As associações comunitárias surgiram com o impulso do novo contexto de ajuda ao desenvolvimento centrado nas comunidades locais em resultado da desilusão por parte dos doadores devido a ineficiência do Estado. Nesta óptica, deposita-se uma maior confiança nas ajudas direccionadas a quem mais necessita e a sua participação ao longo do processo.

Esta comunicação questiona o papel da cidadania activa, através do associativismo, no processo de desenvolvimento local em territórios rurais da ilha de Santiago através da análise comparativa do caso de três organizações comunitárias.

1. OS TERRITORIOS RURAIS EM CABO VERDE

Os territórios rurais em Cabo Verde caracterizam-se pelo baixo nível de educação, a título de exemplo, em 1990, 46% das pessoas com 15 anos ou mais não sabiam nem ler nem escrever, por oposição a 27% no meio urbano. Entretanto, na década de 90 registou-se uma redução notória do analfabetismo nesses territórios, se tivermos em conta que, em 2000, no meio urbano, a taxa de analfabetismo era de 18%, por oposição a 26% no mundo rural, ou seja, uma redução na ordem dos 20% (PNUD, 2004). Em consequência, a pobreza em Cabo Verde, é mais forte nos territórios rurais, quer em incidência, onde praticamente metade da população é considerada pobre (51%), quer na contribuição para a formação da pobreza nacional, sendo que perto de 70% dos pobres vivem neste espaço (INE, 2002). É de frisar que o êxodo rural resultante e que se acelerou na década de noventa terá ocasionado uma transferência da pobreza para as cidades (PNUD, 2002:22).

A actividade agrícola constitui o meio de sobrevivência da população rural. Assim, as ilhas com maior potencialidade agrícola são as que possuem a maior concentração da população rural do arquipélago (Santiago, Fogo e Santo Antão). Impõe-se concluir que a grande maioria dos muito pobres sobrevive através desta actividade, que se traduz em pequenos rendimentos eventualmente completados com as remessas de familiares emigrados, e actividades ocasionais no âmbito das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) e, mais recentemente frentes controladas pelas Associações Comunitárias locais.

Os baixos rendimentos rurais devem-se, por um lado, a uma agricultura com características predominantemente tradicionais acompanhada da irregularidade e insuficiência do regime de chuvas e insuficiência de terras aráveis e, por outro, a elevada taxa de fecundidade (4,8 filhos/mulher - Censo 2000) e a um número substancial de famílias chefiadas pelas mulheres solteiras.

Os factores acima referidos contribuem de uma forma geral para o aumento da pressão sobre os escassos recursos disponíveis, influenciando de forma negativa o ambiente e proporcionando situações difíceis em épocas de maus anos agrícolas para a população residente, reforçando assim a pobreza. Como solução, desde a época colonial têm apostado na criação de empregos de carácter temporário com base nas parcerias internacionais.

Após a independência, o desenvolvimento rural foi identificado como um sector prioritário de estratégia de desenvolvimento nacional. As autoridades criaram as FAIMO

como estratégia para colmatar as consequências das secas e a falta de emprego. O Governo de Cabo Verde institucionalizou planos de emergência anuais que definiam acções no âmbito da construção das infra-estruturas assistida pela ajuda financeira internacional.

O financiamento do programa FAIMO até aos anos 90 era assegurado pela cooperação internacional, através da contrapartida da ajuda alimentar (vendida no mercado nacional) e das doações financeiras. Essa ajuda era utilizada por um lado, como forma de superar o défice alimentar e, por outro, era transformado em recursos susceptíveis de serem aplicados ao desenvolvimento.

Embora se reconhece o importante papel desempenhado pelas FAIMO, convém sublinhar que a sua filosofia do funcionamento era essencialmente assistencial, transformando num elemento permanente de segurança social. Assim Sendo, as FAIMO não oferecem soluções adequadas para a saída da pobreza, antes, cristaliza e reproduz a mentalidade de assistidos *vis-à-vis* do Estado-providência (PNUD/CEA, 2002:29). Esta situação acabou por criar nas populações rurais uma dependência económica crónica relativa ao emprego acompanhados de séries de constrangimentos, sendo os mais comuns a desresponsabilização das populações alvo, relativamente às infra-estruturas construídas, que os agricultores consideram propriedades do Estado, incumbindo a este a responsabilidade de manutenção; a ausência de controlo, seguimento e avaliação dos projectos; os baixos salários e respectivo atraso de pagamento. Esta situação gerou o descontentamento por parte das parcerias, elegendo assim, o associativismo rural como a solução ideal, direccionando a ajuda para o grupo alvo e responsabilizando-os na sua própria gestão.

2. A IMPLEMENTAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO EM CABO VERDE

O Associativismo em Cabo Verde tem as suas raízes nas formas tradicionais de solidariedade social e é tão antigo quanto a sua própria história, visto que sempre existiu um espírito de solidariedade e ajuda mútua do seu povo, tanto em trabalhos agrícolas como em actividades sociais como casamentos, baptizados e mortes. As pessoas faziam questão de marcar a sua presença nesses eventos, assim como contribuir com a sua ajuda – este simples gesto é denominado de “*Djunta mó*” [I] na ilha de Santiago e apresenta uma maior abrangência nos territórios rurais muito antes da dinâmica associativa. A festa popular da “*Tabanca*” organizada pelos pobres desde a época colonial demonstra também o espírito associativo, assim como a igreja através da acção católica. Por outro lado, com carácter mais formal são as associações funerárias [II] denominadas “*botu e mitim*” e, de poupança e credito rurais designada de “*totocaixa*” [III].

As associações de pessoas na época colonial não eram bem vistas, sendo muitas vezes apadrinhadas e camufladas pela igreja. Estas actividades ganharam maior relevo com a independência nacional, foram fundadas as organizações de massas de carácter partidário. Do igual modo foram criadas mais de uma centena de cooperativas de consumo e de produção por quase todas as ilhas sob o impulso do partido do poder. Estas cooperativas foram apoiadas pelo organismo estatal, INC (Instituto Nacional de Apoio às Cooperativas), e, posteriormente, o ICS (Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade). Estas instituições tinham por fito incentivar as comunidades a organizarem-se e a participarem no processo de desenvolvimento do país. De acordo

com MTS, (2000:60), o ICS foi um parceiro bastante válido que encorajou iniciativas de desenvolvimento comunitário, em especial nos territórios rurais, canalizando para estes o apoio das ONG estrangeiras. É reconhecido que estas instituições estiveram na génese do movimento associativo do arquipélago e tiveram um papel fundamental no reforço da dinâmica de solidariedade do mesmo (Opus, cit.).

Com a instalação do regime democrático a partir de 1990, o movimento associativo ganha maior força e torna-se independente das tutelas do Estado, assumindo uma posição de relevo na construção da sociedade civil cabo-verdiana. Essas organizações foram acarinhadas no quadro da nova filosofia de gestão das FAIMO e constituem hoje parceiros úteis para o desenvolvimento local, em áreas como o desenvolvimento comunitário; poupança e crédito, actividades geradoras de rendimento com incidências positivas na luta contra a pobreza; promoção da mulher; planeamento familiar; apoio aos deficientes; ambiente; informação, educação, comunicação e na defesa dos direitos humanos.

2.1. OS PRINCIPAIS IMPULSIONADORES DO ASSOCIATIVISMO

2.1.1. PROGRAMA PL480 (*FOOD FOR PEACE PROGRAM*)

As Organizações Comunitárias de Base foram impulsionadas, em primeiro lugar pela cooperação americana no âmbito da ajuda alimentar a Cabo Verde por intermédio da ONG americana ACDI-VOCA (*Agriculture Cooperative Development International / Volunteers Overseas Cooperative Assistance*) em parceria com a Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura Pecuária (DGASP) ou ainda por modelo CBTA (*Community Based Technical Assistance*). Esta ONG tem a sua sede nos EUA e tem por finalidade a promoção do crescimento económico e do desenvolvimento da sociedade civil nos países em vias de desenvolvimento a nível geral. De acordo com a página do doador na Internet (<http://www.acdivoca.org>), trata-se de uma organização privada, de fins não lucrativos que promove o crescimento económico alargado e o desenvolvimento da sociedade civil em democracias emergentes e em países em vias de desenvolvimento, oferecendo uma gama compreensiva de serviços de assistência técnica, ACDI/VOCA responde às necessidades mais urgentes e intrincadas dos problemas do desenvolvimento [IV]. Ainda, a mesma página, revela como o programa está inserido numa política geral do doador de fomentar a criação de associações, cooperativas e instituições financeiras em Africa, o Médio Oriente, América Latina, Europa e Ásia.

A nível de Cabo Verde estabeleceu como meta de reduzir a pobreza rural pela criação de emprego e contribuir para o aumento da produção e a produtividade agrícola. A metodologia centra-se na responsabilização da comunidade para a identificação dos projectos, definição das prioridades, execução dos trabalhos e ainda na gestão e manutenção dos mesmos. Esta visão vai de acordo com o *empowerment* defendido por FRIEDMANN (1992), um sentido culturalmente inovador, de aquisição de poder pessoal e/ou comunitário, Correspondendo ao reforço de capacidades, competências ou poder, sendo simultaneamente, uma pré-condição para a participação e o exercício da cidadania e um processo de formação e de aquisição de poder, que deles resulta em

permanência. Estas perspectivas conduzem ao desenvolvimento local, permite a satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (Amaro, 2003:26)”. O Programa PL480 [V] (*Food For Peace Program*), iniciado em 1992 em Cabo Verde foi implementado para apoiar esta política.

Este modelo de actuação foi adoptado por outros parceiros internacionais com presença em Cabo Verde e, no ano 2000, o Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PNLR) adoptou a mesma estratégia de intervenção.

As associações tiveram origem a partir de um agrupamento de agricultores e criadores de gado moradores ou naturais de uma dada região. Devido a esse facto, a maioria delas tem por nome “Associação dos Agricultores, Avicultores e Pecuários (da zona x)” ou “Associação para o Desenvolvimento Comunitário” (da zona x)”. O ano 1995 marca o primeiro ano de assinatura de contratos-programa entre as associações e o Estado no âmbito do financiamento de vários projectos comunitários, principalmente na vertente de execução de obras de Conservação do Solo e da Água (CSA) no quadro do programa supracitado. Uma comunidade organizada em associação constitui o critério fundamental para a obtenção de financiamento. Esta condição está na origem fulminante de muitas associações, tendo como estímulo o financiamento de projectos comunitários através de assinatura de contratos-programa entre as associações e o Estado em parceria com a DGASP [VI] e supervisionada pela Organização de Associações dos Agricultores, Avicultores e Pecuários da Ilha de Santiago (OASIS) [VII].

Nos primeiros anos, a prioridade de ACIDI/VOCA era de ajudar as associações a executarem obras de qualidade e a cumprirem com rigor os contratos-programa assinados com o estado intervindo na vertente de formação em varias áreas. Sobre essa matéria, Humberto Batalha [VIII] salienta que os resultados foram positivos, as associações aprenderam a construir obras de CSA de uma qualidade superior às das FAIMO do Estado, com menor tempo de execução e conseqüentemente, com menos custo e a maioria conseguiu apresentar a contabilidade dentro das regras.

O sucesso do Programa PL480 esteve na origem e na multiplicação de associações comunitárias em Cabo Verde, especialmente nas ilhas de vocação agrícola. Segundo Sene (2000), em 1995 existia apenas quatro Associações envolvidas no programa PL480, destes apenas duas tinham responsabilidades directas na execução de obras por estarem legalizadas. As duas outras eram consideradas frentes adicionais. No ano seguinte passaram a ser 18 Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD) da ilha de Santiago envolvidas no programa, Em 1997, 29 de Santiago e 5 de Santo Antão. A ilha do Fogo começou a ser envolvida no programa a partir de 1998 com 4 ACD (Opus cit.). Em 2005 trinta e sete associações beneficiárias do programa na ilha de Santiago num total de setenta e duas das três ilhas abrangidas. Este total não incluía mais cinquenta ACD que já tinham “graduado” [IX] do programa, vinte das quais da ilha de Santiago.

2.1.2. PLANO NACIONAL DE LUTA CONTRA A POBREZA NO MEIO RURAL (PNLR)

O Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural (PNLR) iniciou as suas actividades em Julho de 2000, distribuída em 3 fases por um período de 9 anos. Tem como principalmente financiador o FIDA (Fundo de Desenvolvimento Agrícola) em resultado de um acordo de empréstimo assinado em 1999 entre este e o Governo de Cabo Verde. De acordo com Cláudio Furtado, no Relatório Final da Missão de Pré-Exame Inter-Ciclo[X], o PLPR tem por objectivo reduzir a pobreza rural através do desenvolvimento do capital social dos pobres, assente na mobilização das potencialidades existentes no domínio de iniciativas económicas e sociais a nível das comunidades locais. O citado programa marca presença em cinco ilhas do arquipélago [XI], com maior realce para as de maior índice de ruralidade e consequentemente onde se regista maiores taxas de pobreza.

O programa é implementado com base na descentralização estipulando a participação da sociedade civil com enfoque na valorização das lideranças locais e da parceria. Trabalham em parceria com as associações comunitárias, a metodologia usada assenta na perspectiva *bottom-up*, visto que o processo de tomada de decisões parte dos sujeitos a nível das comunidades.

Para facilitar os trabalhos junto das ACD foram criadas ao nível da ilha ou das regiões as CRP (Comissões Regionais de Parceiros), em resposta às exigências do financiador, da necessidade da criação de um operador local na segunda fase do projecto (2004/2007). São dotadas de personalidades jurídicas e constituídas por elementos das Associações comunitárias, ONG, Serviços desconcentrados do Estado e Municípios (Opus, cit.), as CRP apoiam as ACD principalmente a nível de assistência técnica e da assessoria.

Tendo em conta que o financiamento do projecto terá o seu término em 2009, o presidente de CRP de Tarrafal (ilha de Santiago) argumenta que no desenrolar do projecto pretendem criar as condições para conseguir a auto-sustentabilidade. Sendo assim, as mais valias realizadas na execução dos trabalhos têm sido investidas em actividades produtivas e geradoras de rendimento. Actualmente, o PLPR trabalha com 153 ACD em todas as ilhas de intervenção, representando um crescimento de 45.7% em relação ao início do Programa. A AGROGADO é a única associação em estudo que trabalha em parceria com este programa.

2.1.3. AGÊNCIA CABO-VERDIANA DE PROMOÇÃO DO EMPREGO E DESENVOLVIMENTO LOCAL (AGECABO)

A Agência Cabo-verdiana de Promoção do Emprego e Desenvolvimento Local (AGECABO) foi criada no âmbito da reconversão das FAIMO no abrigo do Plano Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP). Esta agência executa projectos de construção de infra-estruturas sociais nas comunidades pobres na qualidade de dono de obra delegado, atribuindo às ACD o papel de empreiteiros com base no concurso público. A AGECABO executa obras que antes eram da competência dos gabinetes técnicos municipais ou intermunicipais com o objectivo de aumentar a produtividade. Nesta óptica, originou séries de descontentamento por parte destes (PNUD/CEA, 2002: 30). Estabelece como um dos objectivos fomentar o surgimento de pequenas e micro-empresas. Embora se note avanços nessa matéria, ainda ao nível local as pequenas e

micro-empresas experimentam grandes dificuldades. Assim sendo, o impacto sobre o tecido empresarial nos territórios rurais é limitado (Opus. cit.). Das associações em estudo, apenas a AGRO-ÓRGÃOS tem beneficiado desta parceria.

A nível comparativo do exercício de funções entre as diferentes organizações, pode ser observado que cada um dos modelos supracitados contempla uma ou outra vertente de reconversão das FAIMO. De acordo com Resal, 1999 e PNL, 2001, todos introduzem novas formas de execução das obras e criam postos de emprego com maior índice de produtividade, contribuindo deste modo para a redução da pobreza. Perante estes argumentos, pode assim dizer que as associações apresentam um elevado grau de eficiência. A este respeito, Maimuna da Silva [XII] sublinha que a viabilidade é maior quando se trabalha com as ACD, visto que as Câmaras Municipais podem beneficiar dos seus projectos.

Com o *input* dos programas supracitados, as organizações comunitárias conheceram uma importante evolução e amadurecimento, mesmo perante alguns constrangimentos.

3. ESTUDO DE CASO

A pesquisa engloba o estudo de caso de três associações comunitárias do interior da ilha de Santiago, a ADIRV (Associação para Desenvolvimento Integral de Rui Vaz), a AGRO-ÓRGÃOS (Associação de Agricultores e Criadores de Gado de São Lourenço dos Órgãos) e a AGROGADO (Associação de Agricultores e Criadores de Gado de Ribeira).

O trabalho de campo para o estudo foi realizado entre Fevereiro e Março de 2007. O objectivo foi de conhecer cada associação visitada, a organização, o funcionamento, as actividades desenvolvidas, os pontos fortes e fracos e as suas perspectivas futuras. Assim como o grau de envolvimento e participação dos cidadãos, mobilizados pela dinâmica associativa promotora de desenvolvimento local, a análise do contributo das ONG financiadoras, nos casos em estudo, para o fomento da participação dos cidadãos e o desenvolvimento local e, a identificação das grandes áreas de intervenção do associativismo nos territórios rurais como alicerce do desenvolvimento local.

O modelo actual de desenvolvimento defende o processo *bottom-up* como o ideal para o alcance do progresso. Entretanto, do contacto tido com essas organizações, embora a priori os responsáveis argumentam “a associação foi criada por iniciativa de *x moradores*” ficou patente que tiveram origem com o empurrão da ajuda externa, na linguagem do desenvolvimento, contexto “*top-down*” e preocupam essencialmente com a promoção do desenvolvimento dos territórios onde se circunscrevem.

3.1. “ASSOCIAÇÃO PARA GERIR O PERÍMETRO FLORESTAL”: A ADIRV

A Associação para o Desenvolvimento Integral de Rui Vaz (ADIRV) foi criada no âmbito do projecto de preservação do perímetro florestal da localidade. Segundo a Engenheira Luísa Morais [XIII], o perímetro florestal de Rui Vaz nos inícios dos anos 90 estava a passar por uma situação delicada, visto que, estava a entrar na grave decadência causada pela sobre-exploração por parte da população. Esta situação originou uma relação conflituosa entre o Estado através das proibições e a população que não tinha outros meios alternativos de sobrevivência.

O projecto PRISMA (Parceiros na Gestão dos Recursos Florestais nas Ilhas de Santiago e Maio) foi implementado como solução para o perímetro, visando o

desenvolvimento florestal integrado. Teve o financiamento do Banco Alemão de Desenvolvimento (Kreditanstalt Für Wiederaufbau). Segundo KEILBACH e FÜRSTENBERG no Relatório de Missão, 1997:29, a estratégia geral comporta a abordagem participativa, visa uma transferência paulatina de responsabilidades entre o projecto e a população local, assim como a um aumento do grau de participação de ano para ano. Partindo destes parâmetros, a população foi envolvida desde a fase inicial do projecto.

Nas palavras de Luísa Morais, o projecto pretendia “*encontrar interlocutor na comunidade*”, sendo assim, foram criadas duas associações: a ADIRV e a associação de Loura [XIV].

Foram desenvolvidas por um lado, as acções de carácter técnico como as obras de CSA, e por outro lado, as intervenções em termos de animação, incluindo a sensibilização da população para a autogestão do seu desenvolvimento. De acordo com o documento supracitado, no primeiro ano da execução do projecto, deu-se a continuidade de grupos assalariados. Entretanto, adverte que era diferente das FAIMO tradicional, visto que, se tratava de grupos compostos por camponeses das comunas directamente interessados nas intervenções que executam dentro de uma determinada unidade de gestão. Findo esta etapa, o desenvolvimento das actividades funcionou com base na assinatura de contratos-programa entre a associação comunitária e a DGASP, responsável pela gestão e administração do projecto. Contou ainda com a parceria da Delegação do Ministério da Agricultura no Concelho da Praia e de São Domingos.

A engenheira Luísa Morais sublinha que o objectivo inicial do projecto era apenas a vertente de reflorestação, mas no decorrer do mesmo, convenceram a cooperação Alemã a incluir o componente comunitário. Ainda, com o objectivo de conseguir a auto-sustentabilidade da associação com o término do projecto, o último componente pós projecto incluiu o micro-crédito e a melhoria da raça bovina.

Segundo a líder associativa, Armanda Gomes [XV], o lema fundamental é representar a comunidade no seu todo, “*sabemos o que se passa na comunidade – a ADIRV é a porta-voz de Rui Vaz*”. Sublinha ainda, o importante papel desempenhado pelo Projecto Alemão, frisando: “*ensinou-nos a negociar com todos os outros parceiros/projectos com destaque para a discussão com o Governo os problemas de Rui Vaz*”.

A associação conta com 171 membros, sendo 90 do sexo feminino. Com o término do projecto, a organização procurou novas parcerias. Estas parcerias permitiram o desenvolvimento de vários projectos comunitários com destaque para a construção de infra-estruturas comunitárias, aumento da carteira do micro-crédito, formação, transportes, assim como a participação dos seus líderes nos intercâmbios inter-ilhas e a nível internacional.

Na data do levantamento dos dados foi implementado na comunidade o Telecentro por iniciativa da ADIRV. Segundo a líder comunitária têm por objectivo garantir a formação, informação e ocupação dos tempos livres das camadas mais jovens da comunidade. Acrescenta ainda que a associação comunitária desempenha um importante papel na criação de emprego na comunidade e constitui a única organização responsável para isso na altura do estudo de campo. Os excedentes ou ganhos obtidos com a implementação dos projectos, uma parte se destina ao trabalho social, e a outra parte é investida em actividades geradoras de rendimento. A título demonstrativo, segundo a entrevistada, com o rendimento obtido da doação de um camião autotanque por parte da *African Development Foundation* (ADF), financiou cerca de metade do custo na compra

de uma camioneta para transporte de estudantes da localidade para a Escola Secundaria sita na Vila do Concelho.

A actividade de micro-crédito foi iniciada de forma esporádica, ou seja, sem critérios e normas em 2001. Na fase inicial era destinado apenas aos sócios da associação. Na data actual, destina-se ao Concelho no seu todo e vizinhança. Funciona com um agente de crédito na comunidade e uma gestora e um agente de crédito para os casos externos a organização. Nas palavras do agente de crédito, o seu público-alvo é constituído maioritariamente por mulheres chefes de família, e o crédito concedido é direccionado especialmente para os sectores agrícola, pecuária e o comércio informal. A ADIRV concede o micro-crédito com garantia solidária, embora haja beneficiários que o preferem de uma forma individual. Nesse último, é exigido como garantia um fiador, no caso de indivíduos não membros da associação. De acordo com a entrevista tida junto dos beneficiados, a actividade proporcionou a melhoria de vida dos mesmos. A taxa de juros é de 3% ao mês, sendo o período máximo de crédito de 12 meses. A gestora do sector frisa que a ADIRV dispõe de uma taxa considerada muito boa de reembolso, ou seja, 96 por cento.

3.2. ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA”: A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E CRIADORES DE GADO DE RIBEIRETA (AGROGADO)

A Associação de Agricultores e Criadores de Gado de Ribeireta (AGROGADO) foi criado em 1994 por um grupo de moradores, com o impulso da cooperação americana através do Programa PL480. A organização conta com um total de 157 membros, destes, 96 são do sexo feminino.

A organização deixou de ter financiamento do programa PL480 em 1997 pelo facto de ter passado a beneficiar do Projecto de Correção Torrencial Integrada da Ribeireta (PCTIR). Este projecto foi financiado pela Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento (Technisches Büro Weidel – TBW) por um período de 8 anos.

A tese que sustenta a implementação do projecto PCTIR recai na vertente de uma exploração não muito amigável por parte da população local dos recursos da bacia hidrográfica, solo, água e vegetação. A metodologia utilizada para a sua implementação recai sobre a vertente participativa da comunidade local. Segundo o Engenheiro Eugénio Barros [XVI], esta metodologia baseou-se essencialmente numa primeira fase, no levantamento a priori das necessidades da população local (inquéritos à população de Ribeireta em 1997), na visita à Ribeireta, no encontro com a Direcção da AGROGADO e, *workshop* envolvendo os responsáveis da associação comunitária e todos os intervenientes do projecto.

Com base nas parcerias desenvolveram acções de varias ordens, principalmente viradas para as obras de CSA, acções de sensibilização e formação. Actualmente são responsáveis pela procura do próprio financiamento, elaboram o projecto para apresentarem junto dos parceiros. Entretanto, devidas às limitações dos membros, a líder associativa sublinha que conta com o apoio dos técnicos externos a organização.

A AGROGADO é responsável por dois Furos de água de Ribeireta (FT-39 e FT-144), destinados à rega e ao abastecimento á população, por intermédio da organização, cerca de 110 agricultores vêm cultivando cerca de 9,5 hectares através do sistema moderno de irrigação.

Com base nos excedentes dos contratos-programa foi construída a sua sede social e a

implementação do micro-credito, a AGROGADO entrou com uma quantia de 500.000\$00ECV para o CFIS (Caixa de Fundo de Investimento Social). A semelhança do que acontece com a ADIRV, apresenta os mesmos grupos alvos e as mesmas áreas de investimento. Ainda com suporte nos excedentes foi construída a pracinha de Ribeireta em parceria com a Câmara Municipal local.

Apesar de não terem contratos-programa desde 2005 (funcionam sem frentes), a AGROGADO é uma organização que alimenta esperança da população local. A Protecção das encostas no combate a erosão, permitiu o aumento da infiltração de água em toda a bacia e com reflexo nos furos, poços, diques de captação e nascentes, assim como, o aumento de pasto através de áreas reflorestadas e o melhoramento do mesmo com o lançamento das sementes.

3.3. “ASSOCIAÇÃO EMPREITEIRA”: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E CRIADORES DE GADO DE SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS (AGRO-ÓRGÃOS)

A associação de Agricultores e criadores de Gado de São Lourenço dos Órgãos (AGRO-ÓRGÃOS) foi constituída em 1995, por um grupo de dezanove cidadãos. Segundo Yolanda Varela [XVII] a criação da associação não partiu da iniciativa própria dos moradores, mas sim, da mobilização do Programa PL480, por intermédio de um técnico da ACDI-VOGA e de um outro técnico da DGASP, na linguagem do desenvolvimento poder-se-ia dizer que foi criada no contexto *top-down*. Estes dois técnicos: “*explicaram-nos o significado de associação e criação de um grupo e suas vantagens na implementação de projectos comunitários*”. A associação saiu do programa em 2004.

Nota-se uma particularidade nessa associação, na medida em que a sua abrangência é ao nível do concelho, apesar de hoje existirem um total de mais sete associações comunitárias reconhecidas que defendem os mesmos princípios. Uma das possíveis explicações para esse facto é que foi a primeira associação do tipo a ser criada no Concelho, conta com 52 membros.

Ao contrário das outras associações em estudo, a AGRO-ÓRGÃOS encontra-se filiada na OÁSIS e na ASDIS [XVIII] e, constitui um dos membros fundadores destas organizações, cumprindo na íntegra os critérios de filiação. Relativo á OASIS, o financiamento do projecto PL480 e da Cooperação Francesa são exemplos desta parceria, bem como, a apresentação da sua contabilidade para o efeito de auditoria.

Com base nas parcerias internacionais e nacionais foram levados a cabo até a presente data vários projectos de carácter comunitário, incluindo os dispositivos de armazenamento da água, obras de CSA, infra-estruturas comunitárias e turismo rural. Paralelamente, a AGRO-ÓRGÃOS tem também aparecido como mera executara de projectos de luta contra a pobreza de outras entidades, garantindo postos de trabalho a um número considerável de chefes de família desta população rural.

Os excedentes obtidos a partir dos contratos-programa, segundo a líder comunitária, desde a fase inicial da associação, uma parte é distribuído pelos sócios. A distribuição acontece na época da abertura do ano lectivo, como forma de ajudar nas despesas escolar, sublinha ainda que, por vezes abarca os indivíduos carenciados da comunidade que não são membros da organização. Entretanto, Yolanda Varela frisa que desde a fase inicial, o doador não concordava muito com a redistribuição do rendimento aos sócios por não se tratar de uma actividade produtiva, mas respeitando a autonomia da

associação, aconselhava que o valor nunca excedesse trinta por cento do valor total do lucro/ganho obtido. Com base nesta visão, investiram os excedentes na remodelação da sede social e permitiu a filiação na ASDIS, categoria de sócios fundadores com um fundo social no valor de 300.000\$00ECV. Ainda, com suporte nesses excedentes foi implementada a loja comunitária que disponibiliza bens de primeira necessidade aos sócios da comunidade e não só. De acordo com a Presidente do Conselho Directivo, as estratégias da utilização dos excedentes acima supracitadas relaciona-se com a consciencialização da organização de que as parcerias não podem ser garantidas por tempo indeterminado.

3.4. ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS VISTAS PELOS MEMBROS

No âmbito de um estudo mais próximo das populações locais no que tange ao papel do associativismo no desenvolvimento comunitário/rural na ilha de Santiago, foram realizadas um total de noventa e dois inquéritos aos sócios das três associações em análise. Desse total, 61 são do sexo feminino e os restantes 31 são do sexo masculino.

O principal ramo de actividades dos inquiridos está em conformidade com os territórios rurais dos países em desenvolvimento, regista-se o predomínio do sector primário. Um outro aspecto característico a registar é que as pessoas envolvidas no estudo, na sua grande maioria dispõem de outras actividades complementares à actividade principal como forma de auxiliar as suas despesas.

A filiação na associação teve maior significado nos primeiros anos da sua existência, embora, a aderência de novos membros ocorre até a presente data. É de referir que a partir de 2002 registou-se uma queda no ritmo de adesão. Das três associações em análise, apenas a AGRO-ÓRGÃOS se registou a partir de 2002 a entrada de um único sócio. Este facto justifica-se em parte pelo contexto associativo implementado pela cooperação americana, exigindo o cumprimento na íntegra do critério de filiação. As outras associações recebem conseqüentemente a adesão de novos membros.

Relativo ao grau de satisfação dos associados, 91% dos associados das três associações visitadas manifestaram satisfeitos por fazerem parte da organização associativa local, registando apenas 9% em situação de insatisfação (Figura 1).

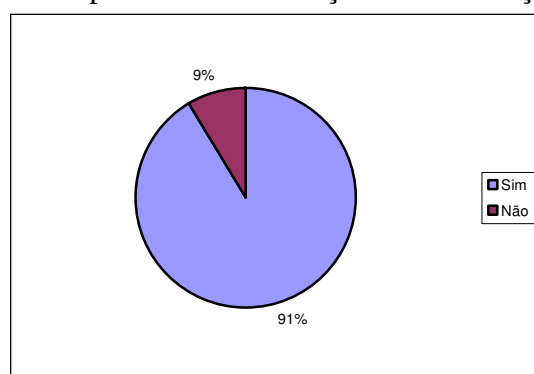


Figura 1. Grau de satisfação dos membros

De acordo com os dados dos inquéritos, os membros justificam os motivos da sua satisfação a partir dos ganhos obtidos da organização, assim, a criação de postos de emprego é vista como o principal motivo de agrado (27,7%), seguido do contributo para o desenvolvimento da comunidade (17%); resolução da questão do problema da água

potável (12,5%); ajudas recebidas por intermédio da organização (11,6%); bem como, dos benefícios obtidos com os projectos (10,7%); a melhoria de vida das populações locais (6,3%) e as vantagens conseguidas por serem membros da organização (7,1%). Entretanto, 7,3% do universo de estudo manifestaram o seu descontentamento por motivos de irregularidades do funcionamento no concernente a transparência na prestação de contas e no sistema de beneficiação de projectos à população local. Apenas três dos inquiridos não disponibilizaram as suas opiniões.

A filiação na associação é justificada pelos contactados como uma estratégia de garantir as contrapartidas da organização. De acordo com esta visão, do total dos inquiridos, 79% manifestaram que já foram beneficiados com os projectos que a associação leva a cabo contra 21% que alegam não receberem até a presente data nenhuma compensação (Figura 2).

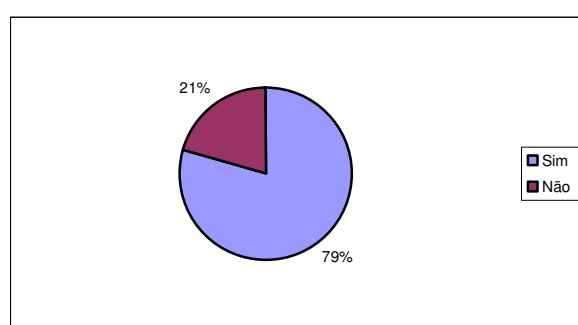


Figura 2. Beneficiados com os projectos

A avaliação do desempenho dos líderes associativos é analisada de acordo com as contrapartidas supracitadas. Assim sendo, os membros que têm recebido os benefícios da organização justificam que facilitaram o desenvolvimento da comunidade através da procura de novos parceiros bem como, o grau de transparência e as suas dinâmicas na comunidade onde se circunscrevem. Por conseguinte, a atribuição da avaliação negativa, é justificada com a fraca transparência e a incompetência dos mesmos. A título de exemplo, a AGROGADO (19% de atribuições negativas) não funcionou com frentes de trabalho desde 1995. Esta situação alimentou um certo clima de descontentamento e desconfiança por parte dos residentes, com especial destaque para a vertente emprego. Partindo desta visão, muitos dos inquiridos deixaram escapar lamentações do tipo: “*associação era um bês*” [XIX]. De acordo com esta visão, 46,7% do total do universo em estudo manifestaram o seu descontentamento quanto a forma de funcionamento da organização, deste total, 75,5% cabe a AGROGADO, seguido da ADIRV, com um total de 52,8% de registos. É de salientar que a AGRO-ÓRGÃOS constitui a única associação em estudo em que não se verificou nenhum registo de avaliações negativas da liderança e de descontentamento.

Apesar dos descontentamentos demonstrados por parte dos membros da ADIRV, é de realçar que corresponde a associação com maior proporção de atribuições excelente (25%), a justificação deve-se ao sucesso que a associação esta a ter no concernente as ofertas de emprego, micro-crédito e oportunidades de formação para os jovens.

A participação nos encontros da Assembleia-geral constitui a forma de participação dos associados. Ao nível do universo do estudo, os inquiridos na sua grande maioria marcam presença nesse encontro (58%) (Figura 3). A presença nesse encontro é

justificada com a obtenção das informações gerais e relativas ao funcionamento da associação comunitária, assim como da comunidade onde vivem, a cedência da opinião pessoal relativa aos projectos, a obtenção de informação no que tange ao emprego, aprendizagem, entre outros.

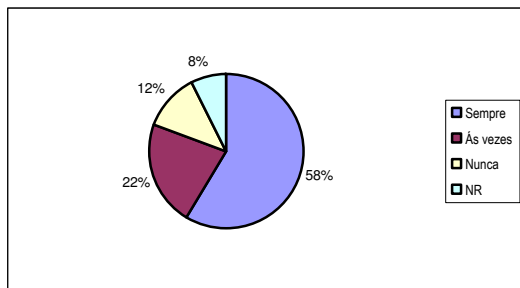


Figura 3. Participação nos encontros da Assembleia-geral

Embora, a maioria dos inquiridos reconhecem as vantagens da sua participação, cinco destes, sendo um membro da ADIRV e quatro membros da AGROGADO deixaram de participar nos encontros, alegando, não terem recebido o convite, o relacionamento deficiente com a liderança, e o desacordo na tomada de decisões como principais factores de desistência.

Na esfera da tomada de decisões, 69% dos inquiridos estão de acordo com a forma como são tomadas, registando apenas 22% em desacordo e 9% não demonstraram a sua atitude (Figura 18).

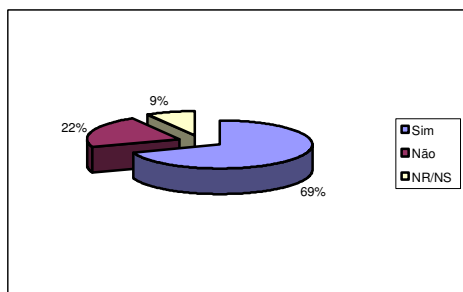


Figura 4. Acordo/desacordo na tomada de decisões

A posição afirmativa relativa a tomadas de decisões é justificada pelo facto de levarem em consideração a opinião dos sócios na Assembleia-geral (43%) e as necessidades dos residentes (5,1%) em particular, e da comunidade (20,3%) em geral. A posição contrária justifica-se pelo facto da não consideração das opiniões dos sócios (21,5%) no processo, responsabilizando apenas a liderança (10,1%) para a sua execução.

Apesar dos descontentamentos, o universo de estudo foi unânime quanto a perspectiva de continuidade de filiação na organização e reconhecem deste modo o seu importante papel no desenvolvimento da comunidade nos mais variados sectores. Nesta perspectiva, a agricultura, a pecuária, o aumento da disponibilidade de água, o ambiente, saneamento, criação do emprego, o apoio social, entre outros, foram identificados como as áreas de maiores progressos com a intervenção da associação local.

VI – ALGUMAS CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES

As associações comunitárias de desenvolvimento constituem parceiros incontornáveis na luta contra a pobreza nos territórios rurais. As parcerias e as acções desenvolvidas são testemunhos disso, contribuindo assim para a melhoria de vida das comunidades rurais. Entretanto, nota-se um elevado grau de dependência destas organizações das ajudas externas, a fraca capacidade técnica e de gestão, assim como as dificuldades de uma participação de acordo com o modelo de desenvolvimento estabelecido. Nesta perspectiva, urge a necessidade de desenvolver acções de formação destinadas não só aos líderes, mas sim ao conjunto dos membros no geral, por forma a desenvolver uma outra visão da organização, não como apenas um meio de garantir o emprego e de ser seleccionados com os projectos que a organização leva a cabo.

Em linhas gerais, as associações comunitárias contribuíram e continuam a contribuir para o melhoramento das condições de vida das comunidades locais e não só e, tornou-se num instrumento de promoção de desenvolvimento local em Cabo Verde.

REFERÊNCIAS

- [1] AMARO, Rogério Roque (2003), *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*, in Cadernos de Estudos Africanos, nº 4, Janeiro / Julho, pág. 37-70.
- [2] FRIEDMANN, John (1992), *Empowerment: The Politics of Alternative Development*, Tradução: PEREIRA, Carlos Silva (1996), Oeiras, Celta Editora, Portugal, 197p.
- [3] FURTADO, Cláudio Alves (s/d), *Missão de Pré-Exame Inter-Ciclo, Réf: Accord de Prêt 510-CV*, Projecto de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), Unidade de Coordenação do Programa (UCP), FIDA, Governo de Cabo Verde, Relatório Final, Ministério do Trabalho, família e Solidariedade, Republica de Cabo Verde.
- [4] INE (2000), *Recenseamento Geral da População e Habitação* (RGPH), Instituto Nacional de Estatística, Praia, Cabo Verde.
- [5] INE (2002), *Cartografia da pobreza 2001/2002*, Instituto Nacional de estatística, Praia, Cabo Verde.
- [6] KEILBACH Tomas, FÜRSTENBERG, Cornelius Von (1997), *Cabo verde, Desenvolvimento Florestal nas ilhas de Santiago e Maio* (Projecto Florestal DGASP/KFWII), Relatório de Missão de Planificação de Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW), Frankfurt, DGASP, Praia, Santiago.
- [7] MTS (2000). *O Associativismo e o Micro-crédito na Luta Contra a pobreza pela Promoção de Bem-Estar Rural: Estudos de Casos em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade, ACEP – Associação para a Cooperação entre os Povos (2000) Colecção Cooperação, Vol. 1, Lisboa 173 p.
- [8] PNLP (2001), *Estudo Comparativo dos custos-benefícios dos programas de trabalhos públicos*, Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, Praia, Cabo Verde.
- [9] PNUD (2004), *Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano de Cabo Verde*, As novas Tecnologias de Informação e Comunicação e a transformação de Cabo Verde. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

- [10] PNUD/CEA (2002), Cabo Verde, *Governança Local na perspectiva de Redução da Pobreza*, Relatório Nacional para o V Fórum sobre a Governança em África, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comissão Económica para a África, Maputo.
- [11] RESAL (1999), Les FAIMO, *Une Expérience de Ciblage des Interventions d'aide Alimentaire*, de Praia, Cap Vert.
- [12] SENE, Jean-Baptiste (2000), *Nível Actual e Perspectivas de Desenvolvimento das Associações de Camponeses em Cabo Verde*, DGASP-ACDI/VOGA, Cabo Verde.

NOTAS FINAIS

- [I] Desde os tempos remotos, as circunstâncias da vida impuseram aos Cabo-verdianos um espírito de solidariedade em que as pessoas se juntam esforços para ultrapassarem dificuldades e/ou obstáculos dando resposta a uma necessidade concreta. Essa acção é denominada de “*Djunta mó*” na ilha de Santiago.
- [II] Cada membro da associação faz o pagamento de uma quotização mensal, o montante é utilizado para cobrir as despesas do falecimento de um dos membros da associação ou dos seus elementos do agregado familiar. Esta estratégia garante a realização do funeral dentro das regras da sociedade cabo-verdiana e ainda persiste no país até a presente data.
- [III] Forma de micro poupança tipo micro-crédito em que as pessoas se reúnem de forma livre em grupos, com mais frequência nos locais de trabalho. Cada pessoa do grupo contribui com igual montante para numa data exacta, estabelecida por sorteio, poder receber a quantia do valor poupado.
- [IV] ACDI/VOCA is a private, non-profit organization that promotes broad-based economic growth and the development of civil society in emerging democracies and developing countries. Offering a comprehensive range of technical assistance services, ACDI/VOCA addresses the most pressing and intractable development problems (www.acdivoca.org).
- [V] Das associações em estudo apenas a ADIRV não teve financiamento do programa PL480.
- [VI] A DGASP supervisiona as obras de CSA realizadas pelas associações e o acompanhamento técnico.
- [VII] A OÁSIS foi criada em 1996 com incentivo do dador americano como forma de auxiliar as associações comunitárias a nível técnico e de parcerias.
- [VIII] Gestor da OASIS.
- [IX] Corte do financiamento às associações que já tinham beneficiado de 5 anos do programa e de 3 de contabilidade limpa, passando a dar prioridade de financiamento para as novas associações.
- [X] Estudo que antecede a implementação da III fase do projecto.
- [XI] O PLPR actua nas ilhas de Santiago (S. Miguel e Tarrafal), Fogo, Brava, S. Nicolau e Santo Antão.
- [XII] Representante da Cooperação Francesa em Cabo Verde no âmbito do CD/FSD (Créditos Desconcentrado /Fundo Social de Desenvolvimento). Trabalham em parceria com as associações comunitárias e Câmaras Municipais com base no concurso público.
- [XIII] Coordenadora nacional do projecto KFWII (Directora dos Serviços de Silvicultura na altura.
- [XIV] Localidade situado na vertente ocidental de Rui Vaz.
- [XV] Presidente do Concelho Directivo da associação.
- [XVI] Técnico da DGASP, coordenador local do PCTIR, esteve envolvido na implementação do projecto Austríaco e continua a prestar ajuda à associação a AGROGADO.
- [XVII] Presidente do Conselho directivo.
- [XVIII] Associação para Solidariedade e Desenvolvimento Comunitário da ilha de Santiago. Foi criada com o incentivo do doador americano no âmbito do Programa PL480 com o objectivo de disponibilizar o micro-crédito às associações comunitárias e tem como sócios as OCB interessadas.
- [XIX] Expressão em crioulo que significa: a associação antigamente era melhor porque criava postos de emprego para os residentes, garantindo assim, a construção de infra-estruturas diversas e apoio social em varias áreas.